



OJE 21-05-2015	Periodicidade: Diário	Temática: Diversos
	Classe: Economia/Neócios	Dimensão: 2836
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 0	Página (s): 1/4/5

numero 1/97 | 21 de maio de 2015 | Preço 1 euro | Diretor Vitor Noronha



SEMANÁRIO
OJE
O JORNAL ECONÓMICO

“ PAULO TRIGO PEREIRA
Sistema de Segurança Social tem de ser levado ao limite

P4e5

OJE

21-05-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 0

Temática: Diversos

Dimensão: 2836

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5

PAULO TRIGO PEREIRA

"Temos de levar até ao limite as possibilidades do atual sistema de Segurança Social"



entrevista

Paulo Trigo Pereira, professor no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, e um dos colaboradores do estudo que deu lugar às propostas económicas do Partido Socialista (PS), diz que daqui por 15 anos Portugal vai ter uma diminuição da população e que "vai diminuir a população ativa, vai haver algum envelhecimento".

VÍTOR NORINHA
vnorinha@oje.pt

CARLOS CALDEIRA
ccaldeira@oje.pt

Ao mesmo tempo, rejeita mudanças filosóficas no sistema de financiamento da Segurança Social, porque diz ser necessário olhar para "o crescimento económico, que nós esperamos que seja maior e qual é a taxa de desemprego que nós esperamos que seja menor". Quanto aos cortes nas pensões garantidos a partir de 2027 diz: "Estamos a falar daqui a bastante tempo e tudo depende de qual for o crescimento económico".

Paulo Trigo Pereira afirma ainda que "se tivéssemos uma parte da fatura do subsídio de desemprego paga pelo orçamento da zona euro, por um fundo de estabilização da zona euro, isso aliviava o nosso orçamento".

No recente seminário da Fundação Francisco Manuel dos Santos, com o tema "Onde estamos, para onde vamos?", citou aqui o relatório do FMI para falar da questão do rácio dos 80 anos vs e dos 65 anos. Como espera que evolua a demografia nos próximos 15 anos e que impacto terá no financiamento da segurança social? A evolução da demografia depende das políticas que forem adotadas entretanto. Os cenários da União Europeia, nomeadamente do Ageing report, são cenários que basicamente consideram políticas invariantes e consideram também que há uma convergência das taxas de fecundidade na europeia. De qualquer maneira esses indicadores vão no sentido de que vai diminuir a população total portuguesa, vai diminuir a população ativa, vai haver algum envelhecimento. Obviamente que isto pode ser mitigado, por um lado com políticas que criem emprego – porque os jovens não têm filhos se não houver emprego – e por outro lado, políticas de promoção da natalidade já. Obviamente, os cenários são aqueles que temos aí, que é de um acentuado envelhecimento da população que vai ter alguma implicação em termos da Segurança Social, como é óbvio.

Mas o sistema de financiamento terá de mudar?

O sistema de financiamento vai ter de ser sempre revisto, eu diria de dez em dez anos vamos ter de estar sempre a discutir a reforma da Segurança Social. Aliás, houve uma boa reforma que foi feita em 2007, pelo então ministro Vieira da Silva. Essa reforma foi baseada em parâmetros de crescimento económico e de crescimento populacional que não se verificam hoje, portanto este é um debate permanente e por isso é que falo da necessidade de haver alguma conversa para que haja alguma concertação neste âmbito, após as eleições, porque antes não vejo viabilidade para isso.

Na sua ótica, as pensões vão ter de levar mais cortes? Sou co-autor de um trabalho que defende...

Está a falar do trabalho com o professor Centeno, que foi proposto ao Partido Socialista? Exatamente. O que defendemos aí é o que eu defendo neste momento também, é que temos de levar até ao limite as possibilidades de, por um lado, diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, por outro lado, o alargamento da base tributária da Segurança Social. E de convergência dos sistemas de Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações. Até levarmos ao limite as possibilidades do atual sistema acho que não se deve fazer mais nada. E portanto a nossa proposta prevê que não haja cortes nas pen-

sões em pagamento. Haverá uma convergência dos regimes. Esse processo tem de ser levado até ao fim até percebermos – até do ponto de vista do crescimento económico e do desemprego – qual é a pressão que vai ser colocada na Segurança Social. Que ela vai ser significativa? Há disso não tenho dúvidas nenhuma.

Nesse trabalho defende já uma redução de 4% da TSU e fala em cortes nas pensões de cerca de 2,6% a partir de 2027. Mas nesta ótica como pode garantir que o corte pode ser apenas de 2,6%? O que nós dizemos é que temos uma proposta de redução quer da TSU das empresas, quer dos trabalhadores e queremos que isso seja actuarialmente neutro do ponto de vista inter geracional. E para isso ser actuarialmente neutro isso significa que as pessoas descontaram menos e portanto num futuro relativamente longínquo vão ter também um ligeiro corte nas pensões. Mas estamos a falar de 2027, estamos a falar daqui a bastante tempo e tudo depende de qual for o crescimento económico. Mas a questão fundamental é que as pessoas olham para aí mas não olham para qual é o crescimento económico, que nós esperamos que seja maior e qual é a taxa de desemprego que nós esperamos que seja menor. Porque se isso acontecer haverá mais contribuições sociais para a Segurança Social.

Como é que espera mais contribuições sociais com mais envelhecimento da população? Mesmo empregando 200 mil pessoas o rácio ativo/pensionista não dá para equilibrar as contas. A sustentabilidade da segurança social tem de ser vista simultaneamente do lado da receita e da despesa. A crise mostrou o aumento significativo nos subsídios de desemprego e a redução das contribuições sociais. Isto significa que o desafio essencial está no crescimento económico e na criação de emprego. Se isso acontecer e houver políticas de promoção da natalidade desejada este efeito pode contrabalançar o efeito de envelhecimento natural da população e o saldo migratório. Se isso não acontecer então o atual modelo não é sustentável.

“

O sistema de financiamento vai ter de ser sempre revisto, eu diria de dez em dez anos vamos ter de estar sempre a discutir a reforma da Segurança Social

Se a Segurança Social é para levar até ao limite, que conversações é que poderão ser feitas depois das eleições? É para entrar em acordo no valor do corte na pensão? É natural que o debate político até às eleições seja um pouco crispado e isso não é condizente com o alcançar de compromissos pré-eleitorais. Mas a Segurança Social é uma questão de regime e há áreas onde me parece desde já existe algum consenso, por exemplo na necessidade de alterar o fator de sustentabilidade no cálculo das pensões reflectindo melhor a situação económica do país. Um bom diagnóstico da situação atual também ajudará ao diálogo.

Defende ou opõe-se um regime em capitalização?

Repito o que disse, temos de levar até ao limite as possibilidades do atual sistema. Ou seja, a Segurança Social também é redistributiva. Um regime de capitalização obviamente que beneficia mais as pessoas que têm maiores rendimentos. É também um incentivo, mas esse incentivo já existe na atual lei, para que as pessoas declarem toda a sua carreira contributiva. Temos de levar até ao limite o sistema que existe, torná-lo mais justo, pois, de facto, é injusto que certo tipo de trabalhadores estejam a ter umas regras e outros tenham regras diferentes, e temos de pôr sobretudo a economia a crescer e o desemprego a baixar. Se com tudo isto feito, o sistema for insustentável então temos de reavaliar. Mas vamos ter de reavaliar agora, já, depois das eleições. E de cinco em cinco anos temos de fazer essa reavaliação.

O excesso de dívida pública é para renegociar?

Acho que devemos renegociar estendendo os prazos. Acho que devemos introduzir mecanismos redistributivos como sejam o subsídio de desemprego europeu, que financiem o subsídio de desemprego nacional e que ajude os países mais endividados, como Portugal e a Grécia, a ter os tais excedentes primários que são necessários. Ou seja, se tivéssemos uma parte da fatura do subsídio de desemprego paga pelo orçamento da zona euro, por um fundo de estabilização da zona euro, isso aliviava o nosso orçamento e permitiria com mais facilidade termos os excedentes primários que nunca tivemos no passado.

“

É injusto que certo tipo de trabalhadores estejam a ter umas regras e outros tenham regras diferentes, e temos de pôr sobretudo a economia a crescer e o desemprego a baixar